

PERIGO

Aumenta o risco de contaminação no Lago ^{DF-LAGO}

Jairo Vianna

A população brasiliense corre o risco de contrair doenças como a hepatite e outras de contaminação hídrica nas áreas próximas às estações de tratamento de esgoto da Caesb, tanto no Lago Sul quanto no Lago Norte, segundo opinião de técnicos da empresa. A preocupação dos dirigentes da Companhia vai a tal ponto que está sendo providenciada a colocação de placas com recomendações aos pescadores e nadadores, para que evitem o contato primário com a água do Lago Paranoá.

Inicialmente serão sinalizadas as áreas compreendidas entre o Zoológico e a ponte Costa e Silva, no Lago Sul; e entre a ponte do Bragueto e fundos da Universidade de Brasília, no Lago Norte, como regiões de alto risco de contaminação para os pescadores e mergulhadores e locais desaconselhados pela Caesb para a prática de recreação e mesmo qualquer contato com a água do Lago.

O assunto é tão grave que até mesmo o governador do Distrito Federal, José Ornellas, está empenhado em sua solução, conforme garantiu o superintendente da Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb), João Carlos Siqueira Filho.

Com a entrada do tempo seco e a consequente diminuição do volume de água do Lago Paranoá, os técnicos temem que mesmo com a ampliação da capacidade de tratamento das duas estações, a população ainda venha a sofrer de problemas como o ocorrido em 1978, quando os moradores do Lago e mesmo da Asa Sul e Norte, foram atingidos por uma onda de mau cheiro que afetou toda a cidade.

Segundo o superintendente da Caesb, o mau cheiro é causado pela morte de grande quantidade de algas de (etrofização) que, além de provocar o odor, retira muita quantidade de oxigênio da água do Lago. «Somente no mês de maio último, exemplifica João Carlos, aplicamos mais quantidade de sulfato de cobre para evitar os efeitos das algas que o empregado durante todo o ano de 1983». Estas algas, microscópicas, aumentam a quantidade de fósforo e nitrogênio do Lago e posteriormente retiram todo o oxigênio da água.

Apesar da Companhia de Água e Esgotos de Brasília já ter concluído todo o programa para a despoluição do Lago Paranoá, com a aprovação de projetos e viabilização em todos os níveis, até o momento ainda não foi definida a fonte dos recursos — orçados em 12 milhões de UPCs (cerca de 130 bilhões de cruzeiros) para sua efetivação. As obras, segundo o superintendente da empresa, levarão quatro anos para ser edificadas.

Os estudos para a definição de fontes de custeio estão sendo feitos pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan) sem o que, as obras não poderão ser iniciadas. Até mesmo uma licitação para a compra de equipamentos não pôde ser complementada, por falta de recursos financeiros.

De acordo com João Carlos, enquanto não forem concluídas as duas estações de tratamento de esgoto do Lago Paranoá, as lagoas de oxidação do Guarã e Núcleo Bandeirante — que causam tantas reclamações dos moradores daquelas duas satélites —, poderão ser desativadas. «Só a partir da construção e entrada em funcionamento das duas unidades de despoluição do Lago Paranoá, com o tratamento das redes de esgoto do Guarã e Núcleo Bandeirante, a população destas satélites se verá livre deste incômodo», diz o superintendente da Caesb.

João Carlos explica que as redes e estações de tratamento de esgoto foram construídas para atender a demanda de uma população estimada em 500 mil pessoas no ano 2000. Apesar do crescimento populacional de Brasília, não houve, em contrapartida, o aumento da infra-estrutura sanitária correspondente, causando o problema que hoje vive a cidade. «Os equipamentos e redes de esgotamento não acompanharam o crescimento físico da população e nem as necessidades técnicas para manter o nível tolerável de poluição do Lago», disse.

«Tudo que a Caesb fez até agora, no sentido de minorar o problema, é paliativo, pois só com a implantação das duas estações de tratamento Brasília ficará livre deste pesadelo», concluiu João Carlos.



Robson Fernandes



O Superintendente da Caesb, João Carlos, alerta a população para os riscos que o Lago Paranoá, em determinadas áreas, oferece para a saúde. Desaconselha a prática de pescarias e outras formas de recreação. A liberação de recursos para solucionar, em parte, o problema depende da Seplan, que está ainda estudando as fontes de custeio

